

## VISÃO DO CORREIO

# Solução agora, custo no futuro

O esforço para encontrar formas de reduzir os preços de produtos e serviços, que comprometem o orçamento das famílias em um contexto de empobrecimento da população, fome e insegurança alimentar atingindo um contingente crescente de brasileiros é mais do que necessário; se torna uma obrigação dos governos, sobretudo o federal. Nesse sentido, o projeto fixando limite de 17% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, energia, telecomunicações e transportes é bem-vindo para os consumidores. A proposta que torna esses serviços como essenciais deve ser transformada em lei e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, principal patrocinador da medida tributária de olho na sua reeleição ao Palácio do Planalto. Mas é preciso deixar claro a que preço essa ação está sendo feita, ou melhor, qual o custo ela terá para a sociedade.

Como a redução do imposto terá compensação para os estados até o fim do ano, o equilíbrio da medida está garantido apenas até pouco depois das eleições. Sem a compensação, os estados se verão sem uma arrecadação que hoje banca gastos com segurança e educação e, caso não consigam repor essa receita, o custo para a sociedade será a piora desses serviços públicos essenciais e sensíveis à opinião pública. Não apenas isso e talvez o mais sério é o fato de o governo federal arcar com essa compensação aos entes federados, ao custo de R\$ 30 bilhões.

São recursos públicos que equivalem a quase o valor da privatização da Eletrobras (R\$ 33,7 bilhões). Sem contar a perda de arrecadação com a renúncia da Cofins, do PIS/Pasep e da Cide. Esse dinheiro será gasto sem que o problema do custo fiscal dos produtos e serviços tenha sido resolvido de forma estrutural. O imposto mexe no preço final, mas não elimina a pressão das cotações do petróleo e do câmbio sobre o valor nas refinarias.

A intervenção do governo federal na cobrança do imposto estadual e na política de preços da Petrobras, que há mais de 90 dias não reajusta o valor da gasolina nas refinarias, interrompendo, sem explicação ao mercado financeiro, a política de Preço de Paridade de Importação (PPI), assim como a ação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de postergar reajustes nas contas de luz mostram que o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou sério ao sugerir que supermercados não aumentem preços por três meses.

O pedido do ministro foi feito também pelo presidente Bolsonaro, que sugeriu contenção dos lucros do setor privado, indicando que não há nenhuma política por parte do governo para reduzir de forma efetiva os preços dos alimentos e que Guedes aposta na expectativa de que a queda no valor do diesel, que impacta o transporte desses itens, seja suficiente para baixar o valor das commodities agrícolas no mercado interno. Nossa história recente mostra que o represamento de preços é desastroso para a economia, impondo custos altos para a sociedade.

No Plano Cruzado, criado em fevereiro de 1986, a manutenção do congelamento provocou desabastecimento, mas o governo José Sarney insistiu em manter os preços inalterados visando as eleições naquele ano. O PMDB de Sarney venceu nas urnas, encerrou o tabelamento logo após a votação e no ano seguinte os preços dispararam, com a inflação chegando a 415,83%. Mais recentemente, em 2013, a presidente Dilma Rousseff adotou medidas para reduzir a conta de luz em 18%. Um ano depois foi reeleita, mas as tarifas de energia aumentaram mais de 70% em 2015. A história mostra que os brasileiros podem esperar, para depois das eleições, uma explosão de preços que contaminará a inflação do próximo ano. Medidas imediatistas e populistas tomadas agora podem cobrar um preço alto no futuro.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

## Estrutural

Há meses, a Via Estrutural está sem iluminação. No começo, entendeu-se que o problema decorria da substituição das luminárias. A mudança foi percebida. Encerrada a troca, esqueceram de acender a luz. O trajeto é muito perigoso. Na eventualidade de um defeito no carro ou de um acidente, motorista e passageiros ficam à mercê de um assalto ou de uma violência mais grave, até que o socorro chegue ao local. O risco é gravíssimo. O apagão na via é sinal de total descaso com a segurança de motoristas e passageiros que, cotidianamente, são usuários da via. Sabe-se que a CEB é responsável pelo serviço de iluminação das vias públicas. E aí, quando e quem vai acionar o interruptor para que a Estrutural volte a ser iluminada?

» João Paulo Morais, Ceilândia

## Plano de saúde

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de fixar o rol de cobertura da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como taxativo não deve ser comemorada por ninguém, a não ser pelos próprios planos de saúde. Se eles vibram, é claro que lucrarão mais, às custas dos consumidores. Como uma antecipação do luto, fico imaginando o consumidor, doente, ou seu parente, tendo que negociar com o plano de saúde para incluir as exceções ao rol taxativo. Sob determinado aspecto econômico, dizem que a decisão até faz sentido, pois trará previsibilidade para os cálculos que embasam as mensalidades que tornam os planos sustentáveis, pois a alta exagerada de preço impacta na manutenção contratual e transfere “as coletividades de usuários da saúde pública a pressionar ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS)”. Não compreendo no que isso pode ser benéfico se os melhores planos de saúde, quando o consumidor mais fica vulnerável, na idade idosa, já cobram mensalidades além do salário mínimo. As exceções previstas no acórdão são conversa para boi dormir, pois, essas sim, criam barreiras aos consumidores, impondo incorporação de tratamento que não tenha sido indeferida pela ANS ou por meio de evidências médicas recomendadas pelos órgãos técnicos e afins. São tantas burocracias que, até lá, o paciente já terá ido a óbito. Nesse julgamento, a ideia luminosa ficou com o voto vencido, pelo qual a obrigatoriedade de cobertura de determinado procedimento deve ser sempre verificada caso a caso e será reconhecida quando demonstrada a efetiva necessidade e imprescindibilidade do tratamento. Afinal, não é possível equiparar a situação da saúde complementar à saúde pública, em que não há capacidade de

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Brasília: permanece seca e a umidade caindo, mas a sua beleza continua “Ipê”.

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Bolsonaro ou Lula. Não importa quem será o novo presidente. O eleito terá que emendar os cacôs de um Brasil esfacelado.

Eduardo Azevedo — Lago Sul

Governo de Cuba diz que condenou 381 pessoas por protestos de 2021. Afagos democráticos da ditadura vermelha.

José Matias-Pereira — Lago Sul

Temo que, em uma de suas empolgações, o ex-presidente Lula prometa devolver ao Rio São Francisco as águas que ora jorram em canais concluídos no Nordeste brasileiro, caso seja eleito!

Maria Guimarães Lopes — Águas Claras

incluir todo tipo de tratamento no SUS, infelizmente. São situações diferentes, que não comportam a mesma solução jurídica. Portanto, lamenta-se a decisão do STJ, que fere, antes de mais nada, a dignidade da pessoa humana.

» Ricardo Santoro, Lago Sul

## Má vontade

Impressionante como a mídia esquerdista distorce as palavras do presidente Jair Messias Bolsonaro. A respeito do desaparecimento de um brasileiro e um estrangeiro na Amazônia, o que é lamentável, o chefe da Nação disse que “foram para uma aventura”. Ele está correto. Foram mexer em casa de marimbondo. Ao irem procurar relatos, estudos, histórias de índios, garimpeiros, madeiros, narcotraficantes, grileiros e pescadores predadores, cometeram sim uma aventura. Se o presidente ficasse calado os esquerdopatas o chamariam de omissão. Daí, vira e mexe assistimos episódios parecidos. O presidente está dando todo o apoio, suporte e logística para descobrir o paradeiro do indigenista brasileiro e do jornalista estrangeiro.

» José Aragão Monte Aragão, Sobradinho

## Constrangimento

Bolsonaro retomou os ataques ao Supremo Tribunal Federal. Entre os 11 ministros da Alta Corte — na realidade só nove, pois há dois que o tem acima das leis e da Constituição —, os alvos preferenciais do inquilino palaciano são Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Em uma das suas recentes declarações, afirmou que a suspensão do inquérito sobre fake news, fazia parte do acordo firmado com Moraes, após uma sucessão de ofensas e de ameaça de golpe militar no absurdo 7 de Setembro de 2021. O ex-presidente Michel Temer, que mediou e testemunhou o suposto entendimento entre Bolsonaro e Moraes, negou que o engavetamento do processo sobre a difusão de notícias falsas tenha sido parte no acordo para o cessar fogo do Executivo contra o Judiciário. O presidente se apoia em mais mentiras para justificar seus ataques ao STF e se colocar como vítima dos ministros que cumprem o dever para a enxurrada de fake news. O presidente é vítima dos próprios atos e da sua inegável incompetência para governar o país, hoje atolado na fome, na miséria, na violência e nos mais infames retrocessos. É constrangedor ver o Brasil em mãos tão danosas.

» Euzébio Queiroz, Octogonal



RODRIGO CRAVEIRO  
[rodrigo.craveiro@cgbnet.com.br](mailto:rodrigo.craveiro@cgbnet.com.br)

# Aventura, não. Missão!

Bruno Pereira está sentado no meio da mata. Ele se sente em casa, a Amazônia, que, um dia, abraçou como mãe e filha. Abraço de amor. O indigenista entoa o cântico da etnia Kanamary, do Vale do Javari, no oeste do Amazonas. Ao fundo, os kanamarys respondem. No vídeo, divulgado por Yura Ni-Nawavo Marubo, é quase possível ver a essência de Bruno e como ela se mistura aos nativos e à floresta. Bruno lutava por ela, pois acreditava que a Amazônia pertencia aos indígenas. Falei com Yura. “O vídeo está ligado à amizade, à fraternidade, à coragem e à valentia do povo kanamary”, contou-me o indígena marubo. Yura definiu o amigo “Brunão”, o qual conhecia desde 2015, como “valente e determinado”. E desabafou: “Os poucos homens que enfrentam esse sistema poderoso são os mesmos que tomam por acreditarem em um país justo e igualitário. Aos povos indígenas só resta lutar e fomentar a valentia repassada por nossos ancestrais”.

Quando sumiu no Vale do Javari, com o jornalista britânico Dom Phillips, Bruno estava em uma missão. Para Jair Bolsonaro, eles eram “aventureiros”. Para quem ama a Amazônia, os dois atendiam a um chamado. Lutavam pela preservação do maior cinturão verde do planeta. Cumpriam o papel que caberia ao Estado, omissão, atrelado aos interesses dos agropecuaristas, dos madeiros e dos garimpeiros; ávido por passar a boiada em nome do capital. Da mente de Dom, brotaram reportagens,

sementes no meio da aridez de quem desqualifica o jornalismo e se aferra às fake news como tábua de salvação.

Em 2018, Bolsonaro comparou os índios em reservas a animais no zoológico. Nos últimos três anos, o desmatamento atingiu níveis alarmantes em um dos biomas mais ricos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Amazônia sofreu uma devastação de 34 mil quilômetros quadrados entre 2019 e junho de 2021. Talvez nunca antes um governo tenha olhado tão pouco para a floresta. Talvez nunca antes o mundo inteiro, à exceção do governo brasileiro, tenha olhado tanto para ela.

O sumiço de Bruno e de Dom é o efeito colateral de uma política nefasta e predatória, que considera a Amazônia terra de “oportunidades econômicas”. Além do estouro da boiada, transformaram a Amazônia em local onde garimpeiros, desmatadores e adeptos da caça e da pesca ilegais agem de forma impune. Bruno e Dom talvez tenham feito muito mais pela floresta do que o governo. Que os cânticos de Bruno preencham a floresta e encontrem eco no coração dos amantes da natureza. Que as palavras trabalhadas por Dom ressoem na alma de quem abomina fake news. Que os kanamarys, os marubos, os yanomamis, os ashaninkas, os tikunas, os macuxis e os integrantes de outras etnias sintam-se donos ancestrais da terra. Por Bruno e por Dom, o Brasil merece despertar. O Brasil precisa atender ao chamado da Amazônia.

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA  
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO  
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux  
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques  
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés  
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes  
Editores executivos

CORPORATIVO  
Josemar Gimenez  
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211; Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: [associadosp@uaigiga.com.br](mailto:associadosp@uaigiga.com.br) Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: [sucursalfj@uaigiga.com.br](mailto:sucursalfj@uaigiga.com.br) REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/ MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: [comercial@midiaabrazil.com.br](mailto:comercial@midiaabrazil.com.br) Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 508 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/ RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: [hmr@hrmmultimidia.com.br](mailto:hmr@hrmmultimidia.com.br) Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Éxito Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C/2, Jardim Planalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Tel: (61) 3214-1575 e 3214-1576; Brasília: Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: [Thiago@sapublicidade.com.br](mailto:Thiago@sapublicidade.com.br) Região Norte - Meio e Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel: (61) 3964-0963; E-mail: [atendimento@meioemidia.com.br](mailto:atendimento@meioemidia.com.br)

Endereço na Internet: <http://www.correiowb.com.br>  
Os serviços noticiários e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO  
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA		
Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 3,00	R\$ 5,00

\* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.  
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas por forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)

ASSINATURAS \*  
SEG a DOM  
R\$ 837,27  
360 EDIÇÕES  
(promocional)

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA LOG

Agenciamento de Publicidade